

O Argumento em Pro da Informação como uma Função de Combate

Ten Cel Gregory M. Tomlin, Ph.D., Exército dos EUA

Em setembro de 2017, o então Secretário de Defesa James Mattis estabeleceu a “informação” como a sétima função conjunta, reconhecendo essa capacidade como única dentre aquelas já codificadas na doutrina: comando e controle, inteligência, fogos, movimento e manobra, proteção e sustentação (logística)^{NT1}.

Como função distinta, ele encarregou o Departamento de Defesa de considerar as implicações desse acréscimo para a doutrina, organizações, ensino e pessoal.¹ Um ano depois, o Estado-Maior Conjunto revisou seu documento fundamental (*capstone*) para as operações — a Publicação Conjunta 3-0, *Operações Conjuntas* (JP 3-0,



Joint Operations) — para incluir uma explicação de dez páginas sobre a função *informação* e uma descrição do ambiente de informações multifacetado.² O vice-diretor de operações globais (J-39) do Estado-Maior Conjunto encarregou os oficiais de operações de informação de sua diretoria de facilitar as discussões entre as Forças Singulares e os comandos geográficos conjuntos sobre como aprimorar o planejamento de informações entre comandos como parte de planos globalmente integrados. Dentro do currículo de ensino profissional militar conjunto, o Joint Forces Staff College expandiu sua introdução e aplicação da função *informação*.

Embora o Estado-Maior Conjunto e a National Defense University tenham encontrado maneiras de integrar a nova função em sua doutrina, organização e ensino de seu pessoal, o Exército dos Estados Unidos da América (EUA) não estabeleceu a informação como a sétima função de combate. Anteriormente, o Exército adotou cada função conjunta como uma de suas funções de combate, o que faz com que a informação seja uma notória exceção. Como o domínio informacional é parte integrante de todas as funções de combate existentes, alguns comandantes mais antigos do Exército afirmam que seria supérfluo criar uma função separada. Esse ponto de vista não dá a devida consideração às capacidades relacionadas à informação que já são incluídas em outras funções de combate, como inteligência e fogos, ou pior, que são aplicadas como um elemento secundário ao processo de planejamento. A designação como uma função de combate beneficiaria o Exército ao elevar a importância de considerar de forma mais crítica e melhor alocar recursos à integração deliberada de comunicações estratégicas, comunicação social, operações de informação, guerra eletrônica e operações cibernéticas em todas as operações terrestres unificadas.

O dinamismo do ambiente de informações da atualidade ameaça impedir a capacidade do Exército de obter vantagem competitiva sobre os potenciais adversários dos EUA e seus aliados, independente da precisão de sua artilharia de longo alcance ou da velocidade de desdobramento de uma força de resposta global. A sofisticação dos esforços de desinformação da China, da Rússia e de

atores não estatais continua a minar a confiança que populações e líderes estrangeiros costumavam depositar em parcerias de segurança com os EUA. Por exemplo, suponha que Rodrigo Duterte, Presidente das Filipinas, consiga convencer a maioria da população de seu país de que a cooperação militar com os EUA gera uma ameaça de “extinção do povo filipino” porque levará a uma guerra cataclísmica com a China. Nesse caso, não importaria se o Exército dos EUA no Pacífico desejasse enviar brigadas Stryker ao arquipélago para um exercício.³ A mudança da opinião pública no domínio informacional poderia bloquear a capacidade dos militares dos EUA e das Filipinas de continuar com as manobras defensivas combinadas de longa data, que servem como um visível fator dissuasório contra a expansão chinesa na região.

Para obter a vantagem competitiva em operações em múltiplos domínios, o Exército deve investir no desenvolvimento de futuras capacidades relacionadas à informação da mesma forma que já investe na criação de meios de coleta baseados na inteligência artificial e plataformas de lançamento de fogos de maior alcance. O estabelecimento de uma função de combate *informação* exigiria que o Exército dos EUA financiasse e integrasse os esforços de informação de forma mais deliberada nos níveis tático, operacional e estratégico da guerra. Existem limitações para competir no ambiente de informações de hoje, quando o governo dos EUA não aloca recursos suficientes às agências e departamentos responsáveis pela condução de comunicações estratégicas, operações de informação, guerra eletrônica e operações cibernéticas. No que tange a capacitar o Exército a moldar o domínio informacional como parte da força conjunta, ele obteria benefícios doutrinários e organizacionais ao codificar uma sétima função de combate.

O ambiente de informações

Durante décadas, os estrategistas identificaram a informação como um instrumento significativo do poder nacional, representado pela letra “I” na sigla DIME (fatores diplomático, informacional, militar e econômico). Mesmo assim, a disparidade entre a forma como o governo dos EUA e as Forças Armadas investem em capacidades relacionadas à informação é chocante, e isso fica evidenciado

Página anterior: Soldado provê segurança enquanto dois especialistas em operações cibernéticas do Destacamento Expedicionário de Apoio Cibernético do 782º Batalhão de Inteligência Militar (Cibernética) conduzem operações cibernéticas ofensivas, durante rodízio da 1ª BCT Stryker da 4ª Divisão de Infantaria no Centro Nacional de Treinamento, em Fort Irwin, Califórnia, 18 de janeiro de 2018. (Foto: Steven Stover)

NT1: A “Sustentação”, no Exército dos EUA, compreende quatro áreas (logística, saúde, recursos humanos e finanças), enquanto, no Exército Brasileiro, a Logística engloba sete funções: suprimento, manutenção, salvamento, saúde, recursos humanos, engenharia e transporte.

pelos desafios atuais do Exército com relação à competição no domínio informacional.⁴ Da brigada de combate (*brigade combat team*, BCT) ao Exército do Teatro de Operações (TO), o grande volume de informações disponíveis hoje em dia apresenta um desafio para os oficiais de estado-maior responsáveis por fornecer análises sólidas, linhas de ação e opções estratégicas para comandantes que desejem tirar proveito de comunicação social, operações de informação, guerra eletrônica e operações cibernéticas como esforços para moldar o ambiente que possibilitem o sucesso da missão. Embora a velocidade da disseminação de informações continue a acelerar exponencialmente — com a capacidade de publicar uma declaração ou imagem provocativa e depois compartilhá-las por meio de uma rede global de plataformas de mídia social em questão de minutos — o prazo para fornecer recomendações aos decisores não aumentou. Isso pode fazer com que oficiais encarregados bem-intencionados forneçam avaliações inadequadas porque não validaram as fontes com cuidado suficiente ou não corroboraram a exatidão de um relatório por causa de sua pressa em cumprir o prazo de um *briefing*.

Para os adversários dos EUA, o ambiente de informações contemporâneo torna a exploração da desinformação uma ferramenta favorável para promover suas políticas externas. No final da Guerra Fria, os líderes russos reconheceram sua incapacidade de manter as forças armadas de uma superpotência e decidiram reduzir o tamanho de seus caros exércitos de campanha, frotas navais e alas aéreas. Moldado por sua própria carreira na KGB, o Presidente Vladimir Putin, logo no início de seu primeiro mandato, decidiu investir pesadamente no domínio informacional. Esse fardo financeiro bem mais leve forneceu-lhe uma maneira de maximizar o poderio reduzido de seu país por meio da desinformação e da propaganda. Nos últimos anos, Putin tem colhido os benefícios desse investimento, especialmente na Europa

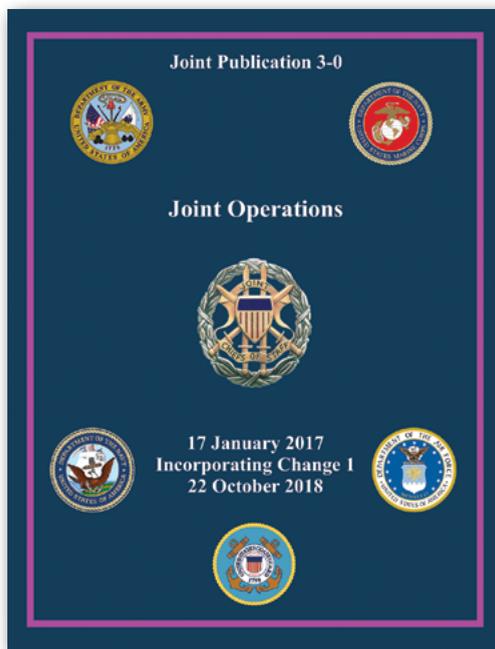
Oriental, onde o público se identifica cada vez mais com a Rússia em relação a seus vizinhos da União Europeia e questiona a relevância da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), fazendo com que o Exército dos EUA na Europa desdobre brigadas para locais cada vez mais avançados nos antigos países do Pacto de Varsóvia, para ajudar a sustentar a aliança da OTAN.⁵

Em contraste com os russos, quando o mundo

entrou na era da informação, os EUA fecharam sua agência de informações (*United States Information Agency*, USIA), que havia sincronizado a diplomacia pública e os esforços de comunicação estratégica do governo federal de 1953 a 1999. Com um ar de triunfo em relação à Guerra Fria, os líderes dos dois partidos políticos estadunidenses presumiram que, ao conservar suas Forças Armadas de superpotência e permanecer na liderança da economia global, os governos presidenciais poderiam manter a mesma grande estratégia para atingir os objetivos da política externa ao longo do século XXI. Ainda existem vestígios da USIA, incluindo a *Voice of America*^{NT2} e a *Radio*

Free Europe^{NT3}, mas essas são apenas formas de transmissão internacional. Quando a USIA fechou, o governo Clinton criou o *Broadcasting Board of Governors* (BBG) para gerenciar as transmissões internacionais financiadas pelo governo federal e introduzir conteúdo on-line para públicos estrangeiros à medida que a internet se tornava mais acessível globalmente.⁶

Infelizmente, o BBG não sincronizou os outros elementos da diplomacia pública ou das comunicações estratégicas em nível nacional como a USIA fazia, principalmente ao liderar os esforços interagências



Para ver a Publicação Conjunta 3-0, *Operações Conjuntas* (JP 3-0, *Joint Operations*), acesse https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_0ch1.pdf.

NT2: Serviço oficial de radiodifusão internacional financiado pelos EUA e autorizado a operar exclusivamente fora de território estadunidense. É transmitido em mais de 44 idiomas via rádio e 24 via televisão por várias estações ao redor do mundo.

NT3: Também conhecida como Radio Liberty. Trata-se de uma organização financiada pelo governo dos EUA que transmite notícias, informações e análises para países da Europa Oriental, Ásia Central, região do Cáucaso e do Oriente Médio, pois, segundo o governo estadunidense, são países onde "o livre fluxo de informações é proibido pelas autoridades governamentais ou não está totalmente desenvolvido".

para manter os Departamentos de Estado e de Defesa com suas mensagens alinhadas em tempos de crises internacionais. Quando a USIA fechou sua sede, o Departamento de Estado consolidou as três gráficas da agência no exterior que publicavam panfletos e revistas, mas fechou suas divisões de televisão e documentários, que produziam curtas que eram assistidos por milhões de pessoas em cinemas estrangeiros da mesma forma que assistimos a trailers antes dos filmes de hoje. Talvez a falha mais significativa do plano de reestruturação da diplomacia pública tenha sido a decisão de não incorporar a Divisão de Pesquisa e Análise da USIA ao BBG. Ao focar exclusivamente os meios de transmissão, o BBG carecia de uma forte capacidade de ouvir opiniões e comentários e avaliar se as mensagens construíam credibilidade junto a um público internacional. Durante a Guerra Fria, a análise da USIA revelou que o governo dos EUA não poderia adotar o mesmo formato de transmissão para ouvintes na Europa Oriental e na América Latina. Pesquisas realizadas pelos oficiais da diplomacia pública da agência no bloco soviético encontraram ouvintes receptivos a monólogos longos e detalhados sobre as notícias do dia, enquanto os dados sobre o tempo de atenção das pessoas de países latino-americanos levou as emissoras do Voice of America a modificar o formato para atualizações curtas de notícias entre músicas de bossa nova e jazz.⁷

Em 2016, o governo Obama criou o Centro de Engajamento Global (*Global Engagement Center, GEC*) do Departamento de Estado para combater a desinformação e a propaganda estrangeira por meio de quatro equipes referentes a ameaças: China/Coreia do Norte, Rússia, Irã e contraterrorismo. Idealmente, o GEC serve como o nexo de coordenação para agentes de ligação de várias agências e departamentos para responder à desinformação, mas segue nos dias atuais com pessoal e recursos insuficientes.⁸ Depois de quatro anos do início do GEC, os “silos de excelência” de informação, espalhados pela área metropolitana de Washington, transmitem várias mensagens do Pentágono para o Departamento de Estado, e para a sede do Voice of America, localizada próxima do Capitólio. A falta de um integrador nacional para comunicações estratégicas — como o cargo de diretor de inteligência nacional, criado após os ataques do 11 de Setembro de 2001 — enfraqueceu a segurança dos EUA.

Por meio de suas habilidosas e contínuas campanhas de desinformação, os russos desacreditaram a liderança internacional estadunidense, enfraqueceram o poder brando

(*soft power*) dos EUA e minaram a confiança na democracia, na liberdade de imprensa e nas normas sociais. Desde o colapso da União Soviética, o governo de Putin criou os chamados sites *proxy* de notícias, cuja integridade jornalística é questionável. O canal internacional de notícias RT (antigo Russia Today) usa o slogan “Questione Mais”, enquanto o canal de rádio Sputnik promete “Contar a História Não Contada”. O que devemos questionar? Da perspectiva geoestratégica de Putin, pode-se começar questionando reportagens de jornalistas tradicionais e declarações oficiais de autoridades governamentais.

Durante o noticiário diário, os âncoras da RT casualmente inserem uma teoria da conspiração ou declaração incontestada entre notícias legítimas, que apareceriam na BBC ou CNN. Em janeiro de 2017, enquanto as forças da coalizão trabalhavam ativamente na Síria para libertar as cidades do controle do Estado Islâmico, a RT exibia imagens de corpos envoltos em lençóis em uma rua. O âncora noticiou que, de acordo com “uma testemunha ocular,” pilotos estadunidenses mataram “mulheres e crianças” indiscriminadamente. Em seguida, ele mudou de assunto e passou a noticiar o desempenho do mercado naquele dia.⁹ Espere um pouco! Quem é essa testemunha ocular? Um espectador anônimo entrevistado por um jornalista da RT ou um funcionário sírio? O âncora não explicou. Preocupantemente, poucos membros do público internacional da RT entenderam as extensas precauções tomadas pelos pilotos estadunidenses para minimizar os danos colaterais. No entanto, o tom “neutro” dessa reportagem duvidosa no noticiário diário

O Ten Cel Gregory M. Tomlin, Ph.D., comanda o 1ª Batalhão do 37º Regimento de Artilharia de Campanha da 7ª Divisão de Infantaria na Base Conjunta Lewis-McChord, no estado de Washington. Além de funções de apoio de fogo na 1ª Divisão de Infantaria, 2ª Divisão de Infantaria e 1ª Divisão Blindada, serviu como Chefe do Setor de Doutrina e Política de Alvos no Estado-Maior Conjunto do Pentágono, planejador estratégico do Oitavo Exército em Seul e professor assistente de História em West Point. Tem doutorado em História pela George Washington University e é autor do livro *Murrow's Cold War: Public Diplomacy for the Kennedy Administration*.



levou, sem dúvida, muitas pessoas a acreditar que os EUA lançam bombas com pouca preocupação com a proteção de civis na zona de combate.

Durante a pandemia da covid-19, o governo chinês seguiu o manual de Putin para criar dúvidas na comunidade internacional sobre o governo estadunidense. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China tuitou duas conspirações: uma dizia que um soldado estadunidense que havia participado dos Jogos Militares Mundiais de outubro de 2019 havia levado o coronavírus para a China, e a outra dizia que o vírus se originou em um laboratório do Exército dos EUA em Fort Detrick, Maryland.¹⁰ Por mais bizarras que essas acusações possam parecer, elas não foram inovadoras. Elas ecoavam as técnicas de propaganda favorecidas pelos soviéticos na época da Guerra Fria, que acusavam os EUA de empregar guerra biológica contra militares e não combatentes norte-coreanos durante a Guerra da Coreia. No início dos anos 80, o Kremlin acusou o Exército dos EUA de inventar a AIDS no mesmo laboratório em Fort Detrick que outros gostariam de acreditar ser o local onde o coronavírus se originou em 2019.¹¹ Apesar dos tuítes bizarras do porta-voz oficial chinês, o fato de o Secretário de Estado Michael Pompeo ter optado por rejeitar os comentários via Twitter levou as teorias da conspiração

Intérprete (à esquerda) do 11º Regimento de Cavalaria Blindado ajuda a traduzir produtos de treinamento de operações de informação militares criados por militares jordanianos do Departamento de Orientação Moral com o auxílio de especialistas em operações psicológicas na 360ª Companhia de Operações Psicológicas, durante o exercício *Eager Lion* 2017 no Centro de Treinamento Conjunto em Zarqa, Jordânia, 14 de maio de 2017. (Foto: 3º Sgt Marco Gutierrez, Exército dos EUA)

a uma circulação mais ampla por meio de toda uma nova rede on-line de pessoas que seguiam a conta do Departamento de Estado ou dos meios de comunicação que destacaram os comentários do Secretário.¹²

O professor da Marine Corps University, Donald M. Bishop, explicou, em um artigo publicado na *Foreign Service Journal*, que as mensagens oficiais chinesas durante a pandemia revelam três temas: o Partido Comunista da China (PCC) deu um fim rápido à crise naquele país, o governo chinês “ganhou tempo suficiente” para outras nações responderem e a generosa ajuda médica chinesa a outras nações reafirma a posição do PCC como líder global durante a pandemia.¹³ Essas mensagens não entraram no domínio informacional apenas por meio de um porta-voz oficial chinês. Jornalistas investigativos da ProPublica encontraram 10 mil contas falsas no

Twitter promovendo a campanha chinesa de mensagens sobre a pandemia da covid-19. A comunidade de inteligência estadunidense atribuiu 70% das publicações relacionadas à covid-19 nas mídias sociais dos EUA a *bots*, *trolls* e contas falsas russas e chinesas.¹⁴

Military Review

RECOMENDAMOS



O artigo "Why We Need to Reestablish the USIA" ("Por que Precisamos Restabelecer as Agências de Informações Americanas?") é baseado em um trabalho de pesquisa acadêmica de 17 de março de 2005 de um aluno que o entregou para cumprir os requisitos do programa de mestrado em Estudos Estratégicos do U.S. Army War College em Carlisle, Pensilvânia. Fornece explicações pertinentes sobre o papel essencial que a USIA desempenhou na dimensão de relações públicas da competição global que existia entre os EUA e a União Soviética durante a Guerra Fria. Com a desativação da USIA em 1999, os EUA não têm, desde então, uma substituta suficientemente sólida e gerenciada de forma centralizada, capaz de formular e sincronizar mensagens do "governo como um todo", e têm sofrido as consequências de informações desiguais, descoordenadas e até mesmo contraditórias transmitidas ao mundo por várias agências concorrentes dentro do governo estadunidense. Para ler o artigo publicado originalmente na edição de novembro-dezembro de 2006 da Military Review, acesse https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20061231_art006.pdf [NT: O artigo traduzido, intitulado "Por que Precisamos Restabelecer as Agências de Informações Americanas?", consta da edição brasileira de março-abril de 2007.]

Bret Schafer, do German Marshall Fund, prefere o termo "lavagem de informações" para descrever o impacto sutil das publicações falsas inseridas nas redes sociais. Alguém posta um tuíte amplificado por centenas, se não milhares, de contas falsas, muitas vezes criadas com o auxílio de inteligência artificial, que modifica a mensagem a cada postagem com diferentes adjetivos ou coloquialismos para fazê-la parecer autêntica.¹⁵ Finalmente, o tuíte viral chega a uma sala de redação ou a uma agência de inteligência, onde um jornalista ou um analista de fontes abertas, respectivamente, o inclui em seu relatório. Finalmente, a desinformação chega até os decisores, incluindo os comandantes do Exército no comando de operações em múltiplos domínios.

Moldar o domínio informacional

O Exército dos EUA se beneficiaria ao abordar o ambiente dinâmico de informações com o mesmo nível de disciplina que faz com as dimensões aérea e terrestre de qualquer área de operações. Da mesma forma, para os esforços de transmissão internacional do BBG, o Exército deve construir uma audiência por meio de mensagens confiáveis e convincentes antes e durante os desdobramentos. Semelhante à antiga Divisão de Pesquisa e Análise da USIA, o Exército também deve criar um meio permanente no escalão para avaliar a eficácia dos capacitadores^{NT4} de informação utilizados. Muitos oficiais das armas combatentes que assumem um alto comando simplesmente não estão familiarizados com as capacidades de informação exclusivas disponíveis nos níveis estratégico e operacional, muito menos sabem como sincronizá-las com funções de combate mais conhecidas para afetar um público ou alvo. Ao longo das fases de planejamento e execução, os comandantes e seus estados-maiores devem aprimorar mensagens duradouras, discernir qual desinformação combater e quais relatórios ultrajantes ignorar e desenvolver indicadores para *escutar* antes de avaliar sua campanha de informação como uma operação preparatória crucial para qualquer missão.

Os planejadores do Exército se beneficiariam muito da introdução de doutrina sobre uma função de combate *informação* que delineasse como um comando deveria se coordenar com a embaixada dos EUA, outras agências

NT4: Por vezes, os capacitadores (*enablers*) podem ser entendidos como "multiplicadores do poder de combate", por vezes, como "elementos em apoio". Meios associados à Inteligência, Operações Psicológicas, Assuntos Cívicos, Operações Especiais, Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética, dentre outros, são, frequentemente, citados como capacitadores, segundo uma perspectiva mais ortodoxa das operações de combate em larga escala.

estadunidenses e componentes da força conjunta, funcionários da nação anfitriã e organizações não governamentais em uma área de operações, para evitar que cometessem um “fratricídio informacional”. Essa forma de dano não intencional a elementos amigos ocorre quando a mensagem de um porta-voz confiável contradiz outra fonte de informação fidedigna. Suponha que um funcionário da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional prometa a um governador provincial que o Exército dos EUA reconstruirá uma ponte sem primeiro verificar se o batalhão de engenharia desdobrado tem os equipamentos e o conjunto de habilidades necessários para concluir a obra. Nesse caso, toda a equipe interagências estadunidense no país perde credibilidade. O governador pode recorrer a meios de radiofusão ou às mídias sociais para criticar a sinceridade dos estadunidenses em sua província, fomentando a desconfiança do público em geral. De ajuda humanitária a operações de estabilização pós-conflito, as populações que precisam desesperadamente de assistência podem rapidamente se voltar contra os militares estadunidenses quando seus atos não correspondem às suas palavras. Um revés que exija que o comando se concentre em recuperar sua credibilidade junto à população local frustrará a capacidade do Exército de concentrar as operações de influência em objetivos mais prioritários, como aumentar a confiança no governo da nação anfitriã ou o apoio ao Estado de Direito.

Para conquistar a confiança da população da nação anfitriã e dissuadir um adversário por meio do domínio informacional é preciso ter habilidades nos níveis tático, operacional e estratégico. Os investimentos existentes no 1º Comando de Operações de Informação e no componente do Exército do Comando Cibernético dos EUA fornecem mais capacidade no nível estratégico do que nos escalões operacionais e táticos. Essas organizações também parecem tão inacessíveis para a maioria dos comandantes quanto as capacidades baseadas no espaço. No entanto, dado o grande número de soldados participando de desdobramentos, o Exército perde uma oportunidade de promover os objetivos de segurança nacional por meio do domínio informacional quando não desenvolve a doutrina ou estruturas organizacionais para capacitar as forças terrestres a conduzirem operações de influência com confiança. As unidades táticas não devem desenvolver temas e mensagens de forma independente — razão pela qual um corpo de exército ou exército de campanha servindo como uma força-tarefa conjunta e combinada

precisa de comandantes munidos de um compêndio doutrinário para criar uma campanha de informação, como o que eles já têm para traçar seu plano de coleta de inteligência. A doutrina sobre a função de combate *inteligência* fornece uma visão de como a seção de inteligência (G-2) do Exército deve colaborar com o setor de inteligência (J-2) do Estado-Maior Conjunto e os parceiros da comunidade de inteligência, especialmente para proteger meios secretos e validar fontes, mas quando se trata de moldar o domínio informacional, a abordagem geralmente é ad hoc de um desdobramento operacional para o próximo.

Como constantemente detalhado nas análises pós-ação de exercícios *Warfighter* de divisão e corpo de exército e de rodízios no nível brigada nos centros de treinamento de combate (*combat training centers*, CTCs), as unidades do Exército não podem competir no domínio informacional caso se limitem a mensagens do comando postadas por oficiais de comunicação social em contas oficiais on-line. Infelizmente, fora desses exercícios semestrais, as unidades não dedicam um tempo considerável em suas sedes para integrar operações de informação, guerra eletrônica ou operações cibernéticas, muitas vezes porque essas capacidades não são orgânicas para sua organização. Os capacitadores de informação se juntam a uma BCT ou divisão temporariamente, chegando a tempo para um exercício e partindo imediatamente após sua conclusão. Igualmente problemático é o fato de que operações de informação, operações psicológicas, assuntos civis ou elementos cibernéticos são raramente designados para atuar com a mesma unidade tática de um exercício para o outro, o que desenvolveria um relacionamento ou procedimentos operacionais padrão. Sem representação permanente dentro de sua estrutura, as unidades naturalmente concentram seu a repetição de treinamentos pós-exercício nas funções de combate atuais. Um chefe de estado-maior de uma divisão pode determinar que o Elemento de Análise e Controle da seção de inteligência (G-2) pratique seus requisitos de inteligência de todas as fontes e seleção de alvos na guarnição, programando um exercício de mesa com outras seções do estado-maior. Da mesma forma, o comandante de uma divisão de artilharia permanece responsável pelos requisitos anuais de qualificação de tiro real dos batalhões de artilharia de apoio direto para garantir a execução de fogos precisos e oportunos durante o próximo exercício de coordenação do apoio de fogo de suas brigadas.

A doutrina sobre a função de combate *fogos* exige que os planejadores determinem a localização exata dos alvos desenvolvidos por um comando superior para garantir que as munições detonem no objeto desejado. Por esse motivo, na falta de uma doutrina melhor, os planejadores de operações de informação costumam tentar encaixar seus esforços não letais em um ciclo de seleção de alvos projetado para criar ordens de tarefa aérea e planos de apoio de fogo. Esse problema não é exclusivo do Exército, e a força conjunta continua a enfrentar um debate doutrinário semelhante sobre a necessidade de alinhar os capacitadores de informação com o ciclo de processamento de alvos conjunto.¹⁶ Como um alvo é um objeto ou entidade que desempenha uma função para um adversário, o ciclo simplificado de processamento de alvos do Exército — decidir, detectar, disparar e avaliar — não fornece orientação sobre como influenciar os públicos que não estão associados à ameaça. Nem os cidadãos poloneses nem os filipinos são um “alvo” dos EUA, mas tanto o Exército dos EUA na Europa quanto no Pacífico precisam ser capazes de difundir as mensagens do Departamento de Defesa e do Departamento de Estado para convencê-los dos benefícios de segurança decorrentes da participação em exercícios combinados.

O Exército não apenas deve construir credibilidade junto ao público antes e durante os desdobramentos, mas também utilizar os capacitadores de informação de acordo com uma rotina de trabalho (*battle rhythm*, ou “ritmo de combate”) separada do rápido ciclo de processamento de alvos com duração de 72 horas, porque as operações de influência levam muito mais tempo para alcançar os efeitos desejados. Um sistema de vigilância aérea ou observador no solo pode confirmar os efeitos destrutivos da munição de precisão de um bombardeiro da Força Aérea contra um alvo imediatamente após a nuvem de destroços se dissipar. No entanto, esse exemplo de processamento de alvos não é uma comparação útil para entender como avaliar a capacidade de uma campanha de informação para impedir a juventude afegã de ingressar no Talibã — em um esforço contínuo de 20 anos. As operações de influência geralmente requerem meses ou anos para mudar opiniões ou comportamentos, embora um estado-maior deva avaliar a abordagem com mais frequência e aprimorar o modo de empregar as ações de comunicação social, operações de informação e capacitadores cibernéticos. Contudo, muitas vezes, quando os esforços de informação são vistos como parte do ciclo de processamento letal de alvos, os

comandantes perdem a paciência com a falta de mudanças imediatas nas atitudes de apoio à política externa dos EUA porque começam a equiparar o domínio informacional à função de combate *fogos*.

Comunicações estratégicas, operações de informação e operações cibernéticas exigem o uso de uma ampla gama de plataformas on-line. O estado-maior de um corpo de exército ou exército de campanha deve considerar quais são mais eficazes para estabelecer um público, construir credibilidade e combater a desinformação do adversário. Os planejadores de operações de informação e inteligência devem avaliar se sua presença oficial e secreta em uma plataforma está influenciando públicos estrangeiros e induzindo-os a apoiar os objetivos de segurança nacional dos EUA. O estado-maior precisa de orientação sobre como aproveitar recursos interagências que possam fornecer inteligência sobre quais plataformas são utilizadas por um adversário, bem como esforços em curso externos ao Exército para responder a elas. Como qualquer oficial habilidoso de comunicação social aconselharia um comandante, algumas acusações indecentes devem ser contestadas imediatamente, enquanto um especialista em cibernética pode aconselhar que uma abordagem melhor seria enterrar a história nas redes sociais por meio de uma ação cibernética ofensiva.

Somado à complexidade de hoje está a composição demográfica de um público estrangeiro, como observou Jian Wang, Diretor do Center on Public Diplomacy da University of Southern California. Seja qual for o continente, o público é mais urbano, com uma grande porcentagem de jovens marginalizados, suscetíveis à exploração por extremistas políticos e teóricos da conspiração. O remapeamento étnico causado por padrões de migração afeta os idiomas necessários para a radiofusão ou disponibilização on-line de materiais escritos direcionados a regiões específicas da Europa e do Oriente Médio.¹⁷ Atores não estatais, como o Estado Islâmico, manipularam as mídias sociais de forma eficaz na última década para ganhar recrutas da Europa e do Leste Asiático, com o objetivo de construir um califado no Levante. As empresas multinacionais têm interesses e, muitas vezes, os meios tecnológicos para ultrapassar a influência oficial do governo. Organizações civis, incluindo organizações não governamentais focadas nos direitos humanos e no meio ambiente, devem ser consideradas na parceria público-privada necessária para expandir o apelo e as mensagens do Exército. Esse ambiente complexo reafirma



Um agente da RT entrevista uma suposta estudante, em 3 de junho de 2020, durante um protesto orquestrado pelo governo iraniano alegando "ações racistas do regime dos EUA", realizado em frente à Embaixada da Suíça em Teerã, Irã. Os cartazes carregados pelas alunas foram escritos em farsi e inglês para ilustrar que o público internacional era o alvo do protesto. A RT é considerada um dos principais componentes do sistema de propaganda russo, que se apresenta como uma agência de notícias legítima. Seu principal objetivo é promover repetidamente a percepção dos EUA da pior maneira possível, para minar o prestígio e a influência do país em todo o mundo. (Foto: Zoheir Seidanloo, Fars News)

que, nos níveis operacional e estratégico, o Exército deve considerar o domínio informacional como um esforço crucial que serve para moldar qualquer operação decisiva que requeira o desdobramento de tropas.

A vantagem tática

Desde a incursão russa na Ucrânia em 2014, os CTCs gostam de mostrar às unidades em rodízio de adestramento a assinatura eletrônica dos centros de operações táticas (COT) de brigada e batalhão. Os observadores controladores apresentam gráficos com as cores do arco-íris que diferenciam os indicadores de espectro eletromagnético dos postos de comando de manobra, artilharia de campanha e sustentação em todo o campo de batalha. Se um adversário puder identificar esses alvos de alto valor, ele certamente procurará destruí-los por meio de fogos, guerra eletrônica ou operações cibernéticas

ofensivas. Inevitavelmente, esse comentário da análise pós-ação leva os comandantes a reduzir sua assinatura eletrônica, desligando os sistemas de comunicação ou dividindo seu comando entre o COT e um posto de comando tático (PCT) mais enxuto.

Esse cenário de treinamento cria dois problemas para uma BCT. Em primeiro lugar, embora os observadores controladores informem às unidades em rodízio suas respectivas assinaturas eletrônicas, eles não oferecem nenhuma solução significativa para mascará-las. Em vez disso, eles simplesmente desaconselham que elas aproveitem os sistemas de comunicação avançados de que precisam para realizar validações em longas distâncias durante o exercício. Em segundo lugar, quando um comandante divide seus recursos limitados entre um COT e um PCT, o grupo de trabalho não letal responsável por sincronizar as capacidades relacionadas à informação

se atrofia, uma vez que o pessoal de comunicação social, operações de informação e guerra eletrônica raramente é incluído no posto de comando avançado. O pessoal de inteligência e apoio de fogo acompanha o oficial de operações ao PCT, por se tratarem de funções de combate. No entanto, a doutrina atual não eleva os capacitadores de informação ao mesmo patamar de importância durante o combate corrente, nem o quadro de organização e dotação modificado da brigada fornece a redundância em pessoal e sistemas de comunicação social, operações de informação e guerra eletrônica para permitir que atuem a partir de dois locais. Quando o PCT gerencia o combate por 24 horas ou mais (uma ocorrência mais frequente do que a maioria dos comandantes prevê), os capacitadores de informação perdem a conectividade com os oficiais de inteligência, apoio de fogo e operações, que continuam a conduzir o ciclo de processamento letal de alvos a partir do PCT. Sem uma compreensão clara do combate corrente, da disposição do inimigo ou das atitudes da população da nação anfitriã, os capacitadores de informação têm dificuldade para contribuir para as operações de brigada até que o COT e o PCT sejam reunificados.

Se uma brigada parasse seu ciclo letal de processamento de alvos por um dia ou mais para se concentrar no combate corrente, o comandante e o estado-maior não conseguiriam dominar a transição para o próximo período de combate. O comando da Força Aérea e o comando da divisão que engloba a brigada exigem a apresentação dos pedidos de apoio aéreo e de apoio de fogo de artilharia com 72 horas de antecedência, com base no ciclo de tarefas aéreas. O batalhão de sustentação da brigada depende do mesmo prazo para solicitar e distribuir a munição exigida pelos sistemas de morteiro e artilharia orgânicos para engajar os novos alvos altamente compensadores associados à próxima fase. Esses requisitos das funções de combate *fogos e sustentação* garantem que os sistemas de gestão de inteligência, apoio de fogo e espaço aéreo apareçam no PCT. No entanto, como não há clareza na doutrina sobre comando e controle quanto à integração de comunicação social, operações de informação e guerra eletrônica, não há um requisito de fornecer-lhes estações de trabalho no PCT.

Embora a longa duração das campanhas de informação possa fazer com que um comandante se sinta seguro em suspender o ciclo de processamento não letal de alvos da brigada por alguns dias, isso a prejudica por dois motivos. O primeiro está relacionado ao combate letal, uma vez

que a ausência do oficial de guerra eletrônica no PCT impede que ele solicite esforços de interferência como parte da supressão do planejamento da defesa antiaérea inimiga. O grupo de trabalho de seleção de alvos reunido no PCT pode solicitar que o apoio aéreo aproximado ou a aviação de ataque do Exército estejam em posição, mas seu pedido pode ser negado caso não inclua uma supressão coordenada do plano de defesa antiaérea inimigo. Embora seja um capacitador não letal, a guerra eletrônica contribui para a função de combate *fogos* tanto quanto para moldar o domínio informacional com o uso de meios de radiodifusão, interferência de comunicações ou envio de mensagens de texto em massa para todos os residentes de uma cidade.

Em segundo lugar, enquanto o grupo de trabalho não letal faz uma pausa por um ou dois dias, uma BCT blindada ou Stryker pode limpar vários objetivos por dezenas de quilômetros e em várias áreas povoadas. À medida que o combate tático muda os limites do combate aproximado e a área de segurança se expande atrás das unidades de manobra, a brigada tem requisitos de informação imediatos para informar a população local sobre a necessidade de se abrigar onde estiver, direcionar os deslocados internos, avaliar os danos a prédios públicos e realizar reuniões com os principais líderes locais. O trauma do combate nas ruas, a destruição de serviços públicos e as necessidades humanitárias dos cidadãos exigem atenção imediata. Para cada dia em que a brigada não sincroniza os capacitadores de informação com o esquema de manobra, ela perde a oportunidade de incumbir unidades subordinadas por meio do processo de ordens para escoltar e proteger equipes de operações de informação, assuntos civis, operações psicológicas e inteligência humana nas partes negligenciadas da zona de segurança, onde o descontentamento provavelmente surgirá. Caso tenha tempo suficiente para se intensificar, como o Exército dos EUA testemunhou no Iraque entre as primaveras de 2003 e 2004, uma insurgência não só arriscará as vidas dos soldados desdobrados, mas também prejudicará os esforços de comunicações estratégicas da coalizão ou em nível nacional para enaltecer o sucesso de um operação militar.

No entanto, mesmo se elevados a uma função de combate e incluídos no PCT na doutrina, os capacitadores de informação não podem moldar as operações de uma brigada quando os postos não são preenchidos. O estado-maior de uma BCT inclui dois postos para maiores de artilharia de campanha, um para coordenar o processamento letal de alvos e outro para esforços não letais, mas o

último posto quase nunca é preenchido porque é amplamente visto como uma experiência com menor valor de desenvolvimento do que coordenar a função de combate *fogos*. Onde há postos das áreas funcionais de operações de informação e operações cibernéticas em unidades táticas, eles normalmente permanecem vagos por causa de preenchimentos prioritários nos níveis estratégico e operacional, onde generosas verbas apoiam operações cibernéticas ofensivas e defensivas. O órgão encarregado de propor a modernização do Exército na área das operações de informação não ajudou a situação ao remover o posto de oficial de operações de informação no grau de major no estado-maior de BCT por vários anos. Porém, desde o retorno do posto ao estado-maior de brigada, ele continua não sendo considerado uma oportunidade de crescimento na carreira. Com o início da função conjunta *informação*, não é coincidência que os comandos geográficos conjuntos e o Estado-Maior Conjunto pareçam mais atraentes para oficiais de operações de informação e cibernéticas do Exército do que vagas dentro da própria Força Singular. Aqueles preocupados com seu potencial de promoção têm medo de tentar competir com oficiais das armas combatentes em seu estado-maior por uma avaliação de “mais qualificado”. Para atrair os oficiais de operações de informação e cibernéticas mais capazes para unidades de nível tático, seria necessária uma mudança cultural em todo o Exército que reconhecesse suas contribuições para o sucesso da missão.

Aceitação do domínio informacional

O Exército continua a ter dificuldade em operacionalizar tecnologias emergentes que moldam o domínio informacional porque sua doutrina e cultura não valorizam os capacitadores de informação tanto quanto as capacidades associadas às seis funções de combate. Do treinamento básico aos cursos de Altos Estudos, todas as escolas do Exército lembram os alunos que quando há prioridades demais, isso significa que ninguém expressou o que é genuinamente essencial para que a unidade cumpra sua missão. Para auxiliar no discernimento dessas prioridades, os comandantes consultam a doutrina antes de fornecer diretrizes aos seus estados-maiores que planejam as operações terrestres unificadas: os princípios de concepção operativa; o processo decisório militar; e a explicação do Manual de Campanha 3-0, *Operações* (FM 3-0, *Operations*), sobre como integrar as funções de combate. Raramente a superioridade no domínio informacional

está no topo da lista de tarefas-chave ou esforços cruciais de modelagem do ambiente porque as operações de influência não merecem o mesmo nível de preocupação que as tarefas de reconhecimento, planejamento de fogos, postura de proteção e manobra. Em consequência, em uma avaliação pós-desdobramento ou pós-exercício, uma unidade que percebe que teve dificuldades em explorar comunicações estratégicas, operações de informação, guerra eletrônica e operações cibernéticas pode sumariamente desconsiderar essas deficiências, uma vez que o domínio informacional permanece um conceito ambíguo em comparação com a sincronização de sistemas de coleta, fogos e fogos diretos.

O estabelecimento da função de combate *informação* levaria a um desenvolvimento mais profundo da doutrina para moldar os futuros requisitos do Exército em todos os três níveis de guerra. No nível estratégico, o Exército do TO deve coordenar com elementos interagências e de coalizão responsáveis por desenvolver mensagens duradouras em tempos de paz e na guerra. No nível operacional, um corpo de exército ou exército de campanha servindo como uma força-tarefa conjunta combinada requer acesso e compreensão das tecnologias detidas pelo 1º Comando de Operações de Informação e pelo componente do Exército do Comando Cibernético dos EUA, além de uma parceria com uma embaixada estadunidense. No nível tático, os comandantes que carecem de integrantes qualificados do estado-maior para liderar os esforços não letais se concentrarão nas funções de combate representadas no comando. Fomentar requisitos para tarefas de informação coletivas e individuais justificaria a criação de postos permanentes em todos os escalões. A expansão das operações de influência na doutrina do Exército permitiria aos instrutores apresentar aos comandantes em cada estágio de seu ensino profissional militar as capacidades existentes e emergentes a serem sincronizadas em seu esforço de planejamento. A fidelidade em postos de crescimento de carreira e diretrizes de planejamento permitiria aos observadores controladores nos exercícios *Warfighter* e CTCs apontar onde uma unidade tem dificuldade para utilizar as capacidades de informação e treiná-la na aplicação de soluções doutrinárias para moldar a área de operações.

A Fundação Nacional para a Democracia (*National Endowment for Democracy*, NED) alertou contra o nefasto “poder penetrante” (*sharp power*) aplicado por regimes autoritários que visam a “transfixar, penetrar ou perfurar o ambiente político e informacional dos

países alvejados” [O trecho traduzido foi extraído de Christopher Walk, *Journal of Democracy em Português*, Volume 7, Número 2, Novembro de 2018, “O que é ‘sharp power’ e como ele perfura as instituições democráticas”, traduzido por Fabio Storino].¹⁸ Como um desses países visados, os EUA não podem ignorar essa ameaça — assim como não poderia em relação aos foguetes de longo alcance da Coreia do Norte ou aos mísseis russos capazes de derrubar um satélite. Como parte da força conjunta, o Exército deve contar com especialistas conhecedores da cultura, idioma e normas sociais de cada público e alvo

designados para aumentar a probabilidade de que as mensagens criem confiança e influenciem atitudes e comportamentos. O Exército não pode fazer isso de forma isolada; deve alinhar seus esforços com as outras agências e parceiros estrangeiros que participam do domínio informacional para minimizar o risco de “fratricídio das informações”. A abordagem mais deliberada do Exército para adaptar a função conjunta *informação* por meio da criação da função de combate *informação* limitaria a necessidade de desdobrar soldados para o combate mais uma vez para promover nossos objetivos de segurança nacional. ■

Referências

1. James Mattis, memorando para o Departamento de Defesa, “Information as a Joint Function”, 15 September 2017.
2. Joint Publication 3-0, *Joint Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 17 January 2017, incorporating Change 1, 22 October 2018).
3. Ritche Mendiolá, “Duterte Rejects Reported U.S. Plan to Return to Subic”, *Asian Journal* (site), 29 July 2020, acesso em 12 mar. 2021, <https://www.asianjournal.com/philippines/metro-manila/duterte-rejects-reported-us-plan-to-return-to-subic/>.
4. Robert M. Gates, “The Overmilitarization of American Foreign Policy: The United States Must Recover the Full Range of Its Power”, *Foreign Affairs* 99, no. 4 (July-August 2020): p. 121-32.
5. Jennifer H. Svan, “Troops Living Deployment-Style in Poland as U.S. Military Ramps up Presence in Region”, *Stars and Stripes* (site), 29 August 2019, acesso em 12 mar. 2021, <https://www.stripes.com/news/europe/troops-living-deployment-style-in-poland-as-us-military-ramps-up-presence-in-region-1.596399>.
6. Em 2018, o governo Trump rebatizou o Broadcasting Board of Governors como U.S. Agency for Global Media.
7. Alan L. Heil Jr., entrevista de história oral realizada pelo autor, 6 nov. 2008.
8. *Audit of Global Engagement Center Federal Assistance Award Management and Monitoring* (Washington, DC: Office of the Inspector General, U.S. Department of State, April 2020), acesso em 12 mar. 2021, <https://www.stateoig.gov/system/files/aud-mero-20-26-.pdf>.
9. Transmissão da RT America News, assistida ao vivo pelo autor, 17 jan. 2017.
10. Ryan Pickrell, “Chinese Foreign Ministry Spokesman Pushes Coronavirus Conspiracy Theory that the U.S. Army ‘Brought the Epidemic to Wuhan’”, *Business Insider* (site), 14 March 2020, acesso em 23 mar. 2021, <https://www.businessinsider.com/chinese-official-says-us-army-maybe-brought-coronavirus-to-wuhan-2020-3>.
11. Nicholas J. Cull, *The Decline and Fall of the United States Information Agency: American Public Diplomacy, 1989-2001* (New York: Palgrave MacMillan, 2012), p. 11.
12. “Mike Pompeo doubles down on unproven theory that COVID-19 originated from a Chinese lab”, Twitter, 4 May 2020, acesso em 12 mar. 2021, <https://twitter.com/i/event-s/1257047441292922880?lang=en>.
13. Donald M. Bishop, “Disinformation Challenges in a Pandemic”, *The Foreign Service Journal* 97, no. 6 (July-August 2020): p. 39, acesso em 12 mar. 2021, <https://www.afsa.org/sites/default/files/fsj-2020-07-08-july-august.pdf>.
14. Jeff Kao and Mia Shuang Li, “How China Built a Twitter Propaganda Machine Then Let It Loose on Coronavirus”, ProPublica, 26 March 2020, acesso em 23 mar. 2021, <https://www.propublica.org/article/how-china-built-a-twitter-propaganda-machine-then-let-it-loose-on-coronavirus>.
15. Bret Schafer, “Disinformation and Election 2020”, Council on Foreign Relations Local Journalists Initiative, 6 August 2020, acesso em 12 mar. 2021, <https://www.cfr.org/conference-calls/disinformation-and-election-2020>.
16. Gregory M. Tomlin, “The Joint Force Needs a Global Engagement Cycle”, *Joint Force Quarterly* 97 (2nd Quarter, April 2020), acesso em 12 mar. 2021, <https://ndupress.ndu.edu/Media/News/News-Article-View/Article/2106514/the-joint-force-needs-a-global-engagement-cycle/>.
17. Jian Wang, “Rethinking Public Diplomacy for a Post-Pandemic World”, *The Foreign Service Journal* 97, no. 6 (July-August 2020): p. 42-43.
18. Juan Pablo Cardenal et al., *Sharp Power: Rising Authoritarian Influence* (Washington, DC: National Endowment for Democracy, 2017), p. 6, acesso em 12 mar. 2021, <https://www.ned.org/sharp-power-rising-authoritarian-influence-forum-report/>.